



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2014
-------------	-------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	------------------

MODALIDADE:	SEMPRESENCIAL
--------------------	----------------------

UNIDADE CORREICIONADA:	VARA DO TRABALHO DE PORANGATU
-------------------------------	--------------------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	01/05/2013 à 30/04/2014
-------------------------------	--------------------------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
--------------------	--

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Marina Sabino Coutinho	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	624
2	Processos resolvidos	457
3	Produção	73%
4	Processos pendentes de solução em abril de 2013 (incluídas as sentenças anuladas)	61
5	Processos de execução remanescentes do período anterior	421
6	Execuções iniciadas no período de maio de 2013 a abril de 2014	217
7	Execuções encerradas no período de maio de 2013 a abril de 2014	194
8	Execuções no arquivo provisório em abril de 2014	209
9	Processos suspensos por execução frustrada em abril de 2014	56
10	Total de execuções em trâmite em abril de 2014	444

11	Número de processos recebidos no período correicionado anterior (2012) (2)	537
12	Número de processos recebidos neste período correicionado	624
13	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	16%
14	Número de processos na fase de execução no período correicionado anterior (2012) (2)	329
15	Número de processos na fase de execução neste período correicionado	445
16	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	35,26%

OBS 1.: Foram apurados apenas os dados estatísticos disponíveis no sistema E-Gestão na data do encerramento da Correição, referentes aos meses de maio de 2013 a abril de 2014.

OBS 2.: A Unidade não foi correicionada no ano de 2013.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	NARA BORGES KAADI P. MOREIRA
Juiz Auxiliar	-
Juiz Substituto	-

2.2 – Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	-	X	X	X	-
Auxiliar fixo					

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	3
--	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	-	-

* Não há Juiz Auxiliar na Unidade.

2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.3 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	19
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	16

2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	15
Ordinário	21

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	237
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	3
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	1

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	14
--	----

2.6.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	17
Ordinário	22

2.6.3 – Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-
Juiz Substituto (se houver)	-	-

2.6.4 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	5
--	---

2.6.5 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	1
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

2.6.6 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
231-39.2014.5.18.0251	30/05/14	24	NARA BORGES K. P. MOREIRA
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			1

2.7 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	28
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	65

2.8 – Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?		X
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	42%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	48%	

2.9 – Taxa de congestionamento do período correicionado

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	27%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	27%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	71%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	70%

3 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 – Estrutura da Secretaria****3.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
ALAN GARCIA SOUZA	Diretor de Secretaria	Efetivo
MARLÚCIO ALVES FAQUIM	Assistente do Diretor de Secretaria	Cedido Municipal
RENATA SALDANHA PONTES	Assistente de Juiz	Efetivo
LINDELMA TAVARES DA SILVA	Secretária de Audiências	Cedida Municipal
MARINA ROQUE THOMPSON	-	Efetiva
FAUSTUS GOMES FONSECA	-	Efetivo

3.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	10
Notebooks	1
Impressoras	4
Multifuncionais	2
Fax	-
Digitalizadora	1
Leitores óticos	-

3.2 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2
Atualização de cálculos	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9

3.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	-
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	-
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

4 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme o art. 49 do PGC e orientações contidas nos Ofícios Circulares nº 05/2014/TRT18-SCR, TRT 18ª SGJ nº 261/2013 e TRT 18º SGJ nº 082/2014. Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	-	-	O Sistema PJe-JT ainda não foi instalado na Unidade correicionada.
2	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos similares dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	-	-	O Sistema PJe-JT ainda não foi instalado na Unidade correicionada.
3	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	X		
4	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos art. 75 do PGC? (em caso afirmativo, indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		Mensalmente.
5	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?		X	
6	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do PGC?	X		
7	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	X		
8	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do PGC?		X	
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?		X	
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do novo PGC?		X	
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?		X	
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		Entretanto o processo permanece aguardando pagamento por apenas 05 dias.
17	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução nas Ações de Execução de crédito previdenciário, inclusive os previstos no art. 159 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
18	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC?		X	
19	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional)		X	
20	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
21	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nºs 30/2012 e 32/2012?	X		
22	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	X		
23	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?	-	-	
24	Informe o número de servidores com certificação digital e devidamente cadastrados no Pje-JT, quando for o caso.	-	-	
25	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.	X		PORTARIA TRT 18ª – VT PORANGATU Nº 001/2013.
26	A unidade adota ações específicas visando o cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, instituídas pelo CNJ para o ano de 2014? Em caso afirmativo, cite-as.		X	

5 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
1.1 – Que a unidade cumpra integralmente as determinações contidas nos artigos 86 e 178 do PGC, fazendo constar dos textos das decisões condenatórias, bem como dos acordos homologados, além das orientações sobre as obrigações previdenciárias, a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil;		x	
1.2 - A adequação do prazo médio para entrega da prestação jurisdicional nos feitos submetidos ao rito sumaríssimo, que se encontra em 46 dias, em desacordo com o artigo 852-H, parágrafo 7º, da CLT.	x		
1.3 - O lançamento com regularidade, no sistema informatizado, dos valores relativos aos levantamentos de créditos trabalhistas, das custas e dos recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recurso ordinário, nos termos dos artigos 164 e 171 do PGC;		x	
1.4 – A liberação imediata do depósito recursal, independentemente de requerimento da parte, nos termos do artigo 196 do PGC e do artigo 77, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, quando transitada em julgado a sentença condenatória, nos casos em que o valor da conta for inequivocamente superior ao referido depósito;		x	

1.5 – A observância do disposto no artigo 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, nos despachos de admissibilidade de recursos endereçados ao Tribunal, analisando expressamente os pressupostos recursais;	x		
1.6 - O integral cumprimento da determinação contida no artigo 132 do PGC, quanto a remessa dos processos ao Tribunal para apreciação de recurso, no sentido de certificar os feriados ocorridos durante a tramitação dos processos, especialmente os locais, assim como eventuais suspensões de expediente;		x	
1.7 – Que a secretaria atente para o disposto no art. 27, parágrafo único, da Lei nº 6.830/1980 e no artigo 186 do PGC, quanto à necessidade de fazer constar dos editais de praça e de leilão, nas ações de execução fiscal, o número das CDA's;	x		
1.8 – A observância, pela secretaria, do teor do artigo 187, II, do PGC, que determina a intimação das partes quando do recebimento dos autos da Justiça Comum, Federal ou Estadual, noticiando o seu número antigo e seu número novo, entre outras informações;	x		
1.9 – Que a secretaria dê prosseguimento nos feitos que se encontram com data-limite vencida, conforme os relatórios extraídos do SAJ, bem como regularize a situação dos processos que se encontram sem movimentação há mais de 05 (cinco) meses, conforme apurado no Relatório da Correição no item 6.2, linha 15;	x		

6.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza corretamente o Check List elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: 689/2013-90, 538/2013-27, 403/2013-15, 368/2013-55)
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRE O DISPOSTO NO ARTIGO 81 do PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd 0000183-17.2013.5.18.0251, RTOrd 0000429-13.2013.5.18.0251, RTSum 0000356-41.2013.5.18.0251, RTSum 0000367-70.2013.5.18.0251 e RTSum 0000500-15.2013.5.18.0251).
3	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no SAJ os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo pagos mediante conta particular, descumprindo o disposto no artigo 163, § 1º do PGC (processos: RTOrd 0000635-27.2013.5.18.0251, RTOrd 0000615-36.2013.5.18.0251, RTOrd 0000428-28.2013.5.18.0251 e RTOrd 0000642-19.2013.5.18.0251).
4	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: RTOrd 0000635-27.2013.5.18.0251, RTOrd 0000615-36.2013.5.18.0251, RTOrd 0000428-28.2013.5.18.0251 e RTOrd 0000642-19.2013.5.18.0251).
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a ata de acordo tem força de alvará perante a CEF, para levantamento do FGTS (processos: RTOrd 0000635-27.2013.5.18.0251, RTOrd 0000615-36.2013.5.18.0251, RTOrd 0000428-28.2013.5.18.0251 e RTOrd 0000642-19.2013.5.18.0251).
6	Constatou-se, em 16/06/2014, através do módulo de gerenciamento de processos – Birô, que não foi detectado um número significativo de processos com data limite vencida.
7	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 90 dias (processos: RTSum 0000281-02.2013.5.18.0251, RTOrd 0000303-60.2013.5.18.0251, RTSum 0000569-81.2012.5.18.0251, RTOrd 0000225-66.2013.5.18.0251, RTOrd 0000251-35.2011.5.18.0251, RTSum 0000361-97.2012.5.18.0251, RTOrd 0000257-08.2012.5.18.0251, RTSum 0000572-36.2012.5.18.0251).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no SAJ o andamento "EXECUÇÃO SUSPENSA", indicando o motivo, conforme determinação do Juízo (processos: RTSum 0000281-02.2013.5.18.0251, RTOrd 0000303-60.2013.5.18.0251, RTSum 0000569-81.2012.5.18.0251, RTOrd 0000225-66.2013.5.18.0251, RTOrd 0000251-35.2011.5.18.0251, RTSum 0000361-97.2012.5.18.0251, RTOrd 0000257-08.2012.5.18.0251, RTSum 0000572-36.2012.5.18.0251).

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho arquiva provisoriamente os autos, após exaurimento do prazo de suspensão, mediante despacho fundamentado, iniciando-se a contagem do prazo da prescrição intercorrente, nos termos do artigo 40, § 2ª e 4ª da Lei 6830/80 e do artigo 161 do PGC (processos: RTSum 0000281-02.2013.5.18.0251, RTOOrd 0000303-60.2013.5.18.0251, RTSum 0000569-81.2012.5.18.0251, RTOOrd 0000225-66.2013.5.18.0251, RTOOrd 0000251-35.2011.5.18.0251, RTSum 0000361-97.2012.5.18.0251, RTOOrd 0000257-08.2012.5.18.0251, RTSum 0000572-36.2012.5.18.0251).
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no SAJ o andamento "ARQUIVO PROVISÓRIO", bem como o prazo prescricional (processos: RTSum 0000281-02.2013.5.18.0251, RTOOrd 0000303-60.2013.5.18.0251, RTSum 0000569-81.2012.5.18.0251, RTOOrd 0000225-66.2013.5.18.0251, RTOOrd 0000251-35.2011.5.18.0251, RTSum 0000361-97.2012.5.18.0251, RTOOrd 0000257-08.2012.5.18.0251, RTSum 0000572-36.2012.5.18.0251).
11	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que NÃO consta do edital de citação publicado pela Vara do Trabalho a data da inscrição na dívida ativa, descumprindo o artigo 8º, IV da Lei 6830/80 (processos: ExFis 0000235-13.2013.5.18.0251 e ExFis 0000200-87.2012.5.18.0251).
12	Nos processos a seguir relacionados, de execução fiscal, constatou-se que a Secretaria da Vara faz constar do Edital de Citação o prazo de 30 dias para publicação do edital e de cinco dias para o pagamento da dívida de acordo com o artigo 8º, IV da Lei 6830/80. Entretanto, os autos permanecem aguardando pagamento por apenas cinco dias, em DESACORDO com o previsto na citada norma (processos: ExFis 0000235-13.2013.5.18.0251 e ExFis 0000200-87.2012.5.18.0251).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRE O DISPOSTO NO ARTIGO 175 do PGC ao NÃO DISPENSAR a intimação da União acerca da conta de liquidação, em razão do valor apurado (Portaria do Ministério da Fazenda nº 582/2013). (processos: RTSum 243-87.2013, RTSum 244-72.2013 e RTSum 399-75.2013).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA NO SAJ os valores referentes ao recolhimento previdenciário e às custas arrecadadas, descumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum 243-87.2013, RTSum 244-72.2013 e RTSum 399-75.2013).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE OFÍCIO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTSum 243-87.2013, RTSum 244-72.2013 e RTSum 399-75.2013).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, cumprindo o disposto no artigo 159 do PGC (processos: RTOOrd 0000359-93.2013.5.18.0251, RTOOrd 0000237-80.2013.5.18.0251, RTSum 0000225-66.2013.5.18.0251, RTOOrd 0000303-60.2013.5.18.0251 e RTOOrd 0000487-50.2012.5.18.0251).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO LIBERA IMEDIATAMENTE O DEPÓSITO RECURSAL ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOOrd 0000260-26.2013.5.18.0251 e RTOOrd 0000540-31.2012.5.18.0251).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOrd 0000005-34.2014.5.18.0251, RTSum 0000660-40.2013.5.18.0251, RTOrd 0000117-03.2014.5.18.0251, RTSum 0000551-26.2013.5.18.0251, RTOrd 0000715-88.2013.5.18.0251, RTOrd 0000044-31.2014.5.18.0251, RTSum 0000654-33.2013.5.18.0251).
19	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO faz termo de remessa, NÃO certifica os feriados, NÃO indica o rito adotado NEM o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, DESOBEDECENDO o disposto no art. 128 do PGC. (processos: RTSum 0000010-56.2014.5.18.0251, RTOrd 0000530-50.2013.5.18.0251, RTSum 0000709-81.2013.5.18.0251, RTOrd 0000540-94.2013.5.18.0251, RTSum 0000518-36.2013.5.18.0251, RTOrd 0000628-35.2013.5.18.0251, RTSum 0000474-17.2013.5.18.0251).
20	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO lança no sistema SAJ o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 163 do PGC. (processos: RTSum 0000010-56.2014.5.18.0251, RTOrd 0000530-50.2013.5.18.0251, RTSum 0000709-81.2013.5.18.0251, RTOrd 0000540-94.2013.5.18.0251, RTSum 0000518-36.2013.5.18.0251, RTOrd 0000628-35.2013.5.18.0251, RTSum 0000474-17.2013.5.18.0251).
21	O Juiz analisa, de forma explícita, os pressupostos recursais, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTSum 0000010-56.2014.5.18.0251, RTOrd 0000530-50.2013.5.18.0251, RTSum 0000709-81.2013.5.18.0251, RTOrd 0000540-94.2013.5.18.0251, RTSum 0000518-36.2013.5.18.0251, RTOrd 0000628-35.2013.5.18.0251, RTSum 0000474-17.2013.5.18.0251).
22	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 18/06/2013 e 11/06/2014, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de terça a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 05 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências, 13 (treze) processos.
23	Analizados em 16/06/2014, por amostragem, os processos a seguir relacionados, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 02 (dois) dias, em conformidade com o previsto no artigo 189, inciso I do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 02 (dois) dias, em conformidade com o prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho (processos:
24	Analizados os processos por amostragem, em 16/06/2014, constatou-se ainda, através do sistema SAJ18, que foram solucionados apenas 03 (três) embargos de declaração e 01 (um) embargos à execução, no período de 01/2013 à 12/2013. Constatou-se ainda, através dos boletins estatísticos relativos ao período correccionado, que a unidade não procede ao lançamento regular dos andamentos "conclusos para julgamento de embargos de declaração-QJED" e "conclusos para julgamento de embargos à execução-QJEE".